



Children of Oklahoma drought refugee in migratory camp in California, 1936. Dorothea Lange.

Crise do capital e dilemas do desenvolvimento: padrão brasileiro de inserção no capitalismo mundializado

Crisis of capital and dilemmas of development: Brazilian pattern of insertion in globalized capitalism

Alba Maria Pinho de Carvalho*

Alba Tereza Barroso de Castro**

Resumo: Este artigo consubstancia uma reflexão sobre o sistema do capital na contemporaneidade, delineando a sua crise estrutural. Configura os circuitos da acumulação rentista, enfatizando a emergência do neodesenvolvimentismo no contexto da crise e da recessão, no século XXI. Demarca, de modo particular, o padrão de inserção do Brasil no capitalismo mundializado, discutindo a inflexão na política econômica, nos últimos sete anos, ao manter o núcleo duro da política de ajuste, incorporando a dimensão do desenvolvimentismo. Circunscreve o arranjo brasileiro de uma economia cujo dinamismo está focado no consumo do mercado interno, com destaque para a política de redução de pobreza. Assim, sinaliza para os riscos e tensões no contexto do país no século XXI. A nossa pretensão é apontar interpelações postas ao pensamento crítico no presente.

Palavras-chave: crise; neodesenvolvimentismo; acumulação rentista; padrão brasileiro.

Abstract: This article constitutes a reflection on the contemporary system of capital, outlining its structural crisis. Configures the dynamic of rentier accumulation, emphasizing the emergence of neo-developmentism in the context of the crisis and the recession in the XXI century. Identifies, in particular, the pattern of insertion of Brazil in global capitalism, by discussing the inflection in economic policy in the last seven years, while keeping the core of the policy setting, upon incorporating the dimension of developmentalism. Circumscribes the Brazilian arrangement of an economy whose dynamism is focused on domestic consumption, highlighting the poverty reduction policy. Thus, signals the risks and tensions in the context of the country in the XXI century. Our intention is to address interpellations raised by critical thinking of today.

Keywords: crisis, neo-developmentism, rentier accumulation, Brazilian standard.

* Assistente social, mestre em Serviço Social (PUC/RJ), doutora em Sociologia (UFCE), pós-doutora (Univ. Coimbra/Portugal) e professora associada do Departamento de Ciências Sociais / UFC, integrando o colegiado da Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP). *Correspondência:* Av. da Universidade, 2101, apto 304, Ed. Visconde de Cauype, Benfica – Fortaleza / CE / Brasil. CEP 60020-180. E-mail: <alba pcarvalho@gmail.com>.

** Assistente social, mestre em Serviço Social (UFRJ), doutora em Serviço Social (PUC-SP), pós-doutoranda (Sociologia/ UFC), professora associada da Faculdade de Serviço Social e pesquisadora do Centro de Estudos Octávio Ianni da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência:* Rua das Palmeiras, 73, apto 1103, Botafogo – Rio de Janeiro / RJ / Brasil. CEP 22270070. E-mail: <albatereza@uol.com.br>.

Introdução

Nos circuitos da História, nas duas últimas décadas do século XX, na primeira do século XXI e limiar da segunda, o sistema do capital está a vivenciar um processo de aceleradas mutações, vinculadas a um desenvolvimento da ciência e de tecnologias sem limites e sem controles, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética da sustentabilidade e do cuidado. É a civilização contemporânea do capital, a encarnar uma nova temporalidade, marcada pelo acirramento das contradições, em um contexto de explosivas desigualdades e assimetrias. Ao avaliar este momento, István Mészáros (2009) sublinha que, pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas que não podem ser mais adiados, nem tampouco transferidos para o plano militar, a fim de serem explorados como guerra generalizada.

De fato, a crise emergente em 2008, sempre em aprofundamento, revela a incapacidade do capitalismo de encontrar soluções duradouras para seus problemas. Inegavelmente esta crise do sistema do capital encarna uma importante lição da História que precisamos compreender e avaliar, a partir das suas múltiplas manifestações. Neste sentido, uma questão decisiva na agenda do tempo presente é delimitar a natureza da crise. Partimos da premissa de que esta é uma crise estrutural, sistêmica e global. Trata-se, a rigor, de uma crise do valor que ganha visibilidade nas configurações do novo metabolismo laboral, gestando processos de precarização do trabalho. Assim, assumimos, como via analítica, a perspectiva de que, nesta temporalidade do capital, no século XXI, vivencia-se uma precarização estrutural do trabalho que compromete as condições de existência do homem-que-trabalha, em uma radicalidade qualitativamente nova do trabalho estranhado. (ALVES, 2013). Neste contexto de precarização laboral, emerge o precariado que, nas configurações de Alves (2012, 2013 a, 2013 b), circunscreve uma camada social da classe do proletariado, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias.

É um momento histórico de liquidez, flexibilizações, inseguranças, instabilidades, incertezas e fragmentações. Face às transformações nos padrões de acumulação e valorização do capital, o Estado redefine-se, instituindo processos de ajuste a esta ordem do capital mundializado. Interessanos, particularmente, enfocar a experiência brasileira no ciclo de ajustamento da América Latina. De fato, a partir de 1999, o Brasil desenvolve um ajuste subordinado, dependente e de alto risco.

Nos anos 2000, em meio às políticas de ajuste, o Brasil assume uma nova versão de desenvolvimentismo, constituindo o então considerado padrão brasileiro de inserção no capitalismo financeirizado. Hoje, a economia brasileira constitui uma plataforma internacional de valorização financeira, garantindo ganhos inigualáveis, mediante a elevação das taxas de

juros, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste. E, mantendo o núcleo duro da política de ajuste, incorpora o que se denomina de neodesenvolvimentismo, ancorando a dinâmica macroeconômica no consumo, em um padrão de alto risco.

No âmbito deste arranjo brasileiro, destaca-se a chamada “política de redução da pobreza”, em seus paradoxos a serem devidamente compreendidos e desvendados. Através do aumento do salário mínimo, retomada do emprego, expansão da informalidade, acesso ao crédito e programas de transferência de renda tem-se uma “redução da pobreza” que, em absoluto, não significa redução da desigualdade. Pelo contrário, intensificam-se desigualdades. É este o paradoxo da pobreza, a interpelar análises no interior do pensamento crítico.

Impõe-se o desafio de decifrar este “enigma Brasil”, acompanhando as trilhas da “História se fazendo” (Carvalho, 2010). Este artigo consubstancia um esforço analítico, no sentido de contribuir para delinear vias de reflexão e debate na busca permanente de desvendamento do presente como desafio do nosso tempo histórico.

1. A crise estrutural do capital: uma crise civilizacional

A crise contemporânea do capital, relacionada à própria dinâmica do capitalismo, que se arrasta há quase uma década, é consequência do marco profundo de mudanças que se estabelece a partir da década de 1970. Distintos analistas são unânimes em delinear a década de 70 do século XX como o marco de transformações civilizatórias, atingindo os campos econômico, político, social e cultural. (AGAMBEN, 2013; ALVES, 2013; HARVEY, 1992).

Reis identifica o período de 1970 a 1990 como um ciclo de profundas mudanças descontínuas e radicais, considerando-o como desencadeador de uma *Nova Era*. A reconhecida alteração na estrutura econômica é acompanhada de uma significativa mudança na forma das sociedades se pensarem, já que movimentos, ao mesmo tempo de globalização e fragmentação atingem tanto os países centrais como os periféricos. “A fragmentação no sentido cognitivo e normativo é vista como uma resposta ao movimento globalizador (1999, p. 3). Integração e diferenciação crescentes são tendências complementares de longa data” (1990, p.5).

Esta crise contemporânea, que eclode no final da primeira década do século XXI, é uma crise estrutural, em constante aprofundamento e com múltiplos desdobramentos (MÉSZÁROS, 2009), afetando todos os domínios da vida humana em escala mundial. Collin (2013) qualifica os efeitos da crise, entendendo-os como uma ameaça à própria civilização, ao considerar que a acumulação ilimitada do capital, centrada atualmente no capital financeiro, não se perpetua sem gerar tais efeitos, cabalmente mais

realçados nos países da Europa do Sul. A rigor, trata-se de uma crise civilizacional, a expressar a insustentabilidade do modo de funcionamento do sistema do capital, em uma multiplicidade de crises que se cruzam e se inter-cruzam: crise financeira, crise do mundo do trabalho, crise ambiental, crise energética, crise social, crise alimentar, crise ética... É um cenário de riscos globais a que toda a Humanidade e o Planeta Terra estão expostos (CARVALHO, 2012).

Collin (2013) chama a atenção para a “*febre especulativa*” como um movimento inerente ao ciclo da reprodução do capital financeiro. Antes restrita às camadas superiores, dissemina-se por todos os segmentos e classes sociais, evidenciando ser um fenômeno permanente e geral. Como toda a produção fica submetida à especulação financeira, mesmo as camadas médias e médias baixa são estimuladas permanentemente a inserir-se nos circuitos de financeirização da economia por múltiplas vias e mecanismos. A acumulação rentista tende, assim, a se tornar o próprio modo dominante de valorização do capital, expandindo-se no conjunto da economia. É o domínio do capital especulativo, parasitário, criado artificialmente, em seus múltiplos produtos, nos processos da acumulação rentista: dinheiro a fazer render mais dinheiro, precisamente $D-D'$, nas formulações marxianas (MARX, 1983).

Marx previu que esta forma de acumulação rentista teria peso crescente e, na medida em que passasse a predominar, a instabilidade seria cada vez maior. E, exatamente, é o que acontece hoje, com a disparada da acumulação financeira global. Tem-se, de fato, uma expansão sem limites da riqueza abstrata, em suas *ficções numéricas*, chegando a extremos, na forma de capital que parece ganhar autonomia. É o “fetichismo particular do dinheiro” – vislumbrado por Marx em “O Capital” – levado à sua forma extrema. É o que bem sintetiza Cesar Benjamin: “Produz-se por dinheiro, especula-se por dinheiro, mata-se por dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. E, a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites” (BENJAMIN, 2004, p.3).

O caminho para a especulação e o câmbio flutuante se inicia no final dos anos de 1970, com o fim do sistema monetário internacional de Bretton Wood. Com a implantação do mercado financeiro unificado, em escala global, passa a se desenvolver o capital fictício nos marcos da acumulação com dominância financeira (CHESNAIS, 1996). De fato, neste regime de acumulação intensificam-se as transferências de recursos da esfera produtiva em direção à esfera financeira. Tais transferências se efetuem, notadamente, através de títulos negociáveis sobre compromissos de caixa futuro (ações, títulos) e perduram enquanto a acumulação não for interrompida por graves crises que afetam, simultaneamente, a produção, as trocas comerciais e os mercados financeiros, ou não aconteçam eventos políticos relevantes que conduzam a uma moratória das atividades públicas (CHES-

NAIS, 1997). A dinâmica descontrolada da especulação vem produzindo efeitos acumulativos danosos para a economia a ponto de provocar crise no próprio modelo especulativo de valorização capitalista, como a que está em curso.

Com base no pensamento marxiano, analistas buscam encontrar respostas ao quadro da grande recessão que a atual crise desencadeia, demandando reflexões sobre as suas consequências e a sua natureza. Uma das vertentes analíticas concebe a atual crise como uma manifestação da própria natureza do modo de organização da produção, apontando o declínio da taxa de lucro como a hipótese mais provável para o seu desencadeamento (WILHANS, 2013).

A rigor, trata-se de uma crise do valor, que ganha visibilidade nas configurações do novo metabolismo laboral. Com base na crescente e inimaginável tecnologização da ciência, o sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do próprio processo de trabalho, o que coloca essencialmente em questão tal sistema. Esta forma contemporânea de funcionamento do capitalismo substitui, de modo crescente e intensivo, o trabalho vivo de homens e mulheres pelo trabalho morto objetivado nas máquinas, atingindo a base de valorização do capital: o tempo de trabalho cada vez mais se reduz e cada unidade de mercadoria encarna uma quantidade, cada vez menor de valor. E, ao mesmo tempo, com a tecnologização da ciência, a capacidade de produção aumenta em ritmo vertiginoso. Desse modo, estamos diante de uma *“crise de realização do valor”*, a impor um consumo de massa extremado. Tal crise incide, de forma predatória, na exploração ilimitada da natureza e na destruição e precarização da força-humana-que-trabalha.

1.1. A precarização estrutural do trabalho: em cena, o precariado

Efetivam-se redefinições do mundo do trabalho, fundadas na extrema tecnologização e em novas configurações ideológicas. Como o chão da fábrica desaparece, disseminando os processos de trabalhos em espaços múltiplos e diferenciados, o poder do capital tende a se tornar invisível, deixando de ser uma realidade sensível de exploração (TEIXEIRA, 2013). Relacionados aos novos processos de trabalho, os mecanismos de controle social ganham novos formatos, embora a alienação continue a ser um dos objetivos do capital na sua relação com a classe trabalhadora. A captura da subjetividade do trabalhador no processo de trabalho alienante e produtivista tem sido objeto de inúmeros estudos, que abordam os tipos de adoecimento dos trabalhadores gerados por tais processos nos quais não há mais os limites entre os tempos do trabalho e do não trabalho (DEJOURS, 1987); (ROSSO, 2008).

Tem-se uma precarização estrutural do trabalho que Alves assim delinea:

a precarização do homem-que-trabalha não se trata da mera afirmação do trabalho estranhado, mas sim a sua radicalidade qualitativamente nova capaz de desfeitar o ser genérico do homem em largas camadas sociais do proletariado hoje, com impactos na saúde dos homens e das mulheres que trabalham. (ALVES, 2013, p. 4).

Adentrando nesse denso e vasto mundo precário do trabalho, em suas reconfigurações no contexto da civilização do capital em crise, Giovanni Alves (2012)¹ circunscreve uma fecunda via analítica, ao demarcar, como um fenômeno contemporâneo, no decorrer dos “*trinta anos perversos*” de capitalismo global (1980 – 2010), a universalização da condição de proletariedade como condição existencial de homens e mulheres que vivem sob a ordem burguesa nesta nova temporalidade histórica do capital, configurando uma camada social de classe que se amplia e ganha visibilidade nos países capitalistas centrais: o precariado.

Em verdade, o precariado, como camada da classe trabalhadora em crescente expansão, constitui-se de jovens-adultos com alta escolaridade, desempregados ou inseridos em contratos de trabalho precários que transitam de uma ocupação a outra, quase sempre com baixos salários, sem projetos de vida e perspectiva de futuro. É uma multidão de jovens proletários assalariados, vinculados a camadas médias, com níveis elevados de qualificação profissional, entrando e saindo de empregos precários, a viver em situação de insegurança econômica e social, sem identidade ocupacional, sem garantia de direitos e tomados pelo sentimento de ansiedade perante o futuro. É uma camada da classe trabalhadora em construção, a vivenciar a precarização do trabalho e da própria vida, precisamente nesta articulação contemporânea entre faixa geracional (jovens adultos), grau educacional (alta escolaridade) e forma de inserção no trabalho e no mundo social (precarizada, instável e insegura) (CARVALHO, 2012). São grupos de juventudes frustradas e revoltadas que se disseminam mundo afora, sobremodo nos países capitalistas globais, nos circuitos da crise, unificados pela insegurança, pelo medo, pelo risco e desencantamento e pela indignação a expressar-se de forma crescente. O início da segunda década do século XXI, surpreende-nos com insurreições destas juventudes precarizadas que, usando o espaço virtual, irrompem e toma as praças de países da Europa e Estados Unidos, em 2011 e ocupam as ruas das cidades brasileiras em 2013²... São expressões da política na nova temporalidade histórica do capital no século XXI a interpelar o pensamento crítico!

¹ No contexto do pensamento crítico brasileiro, merecem destaque as análises desenvolvidas por Giovanni Alves sobre a morfologia social do trabalho nos anos 2000 que, em um pensamento de vanguarda, circunscreve a questão da emergência do precariado em amplas análises disponíveis no espaço virtual no blog da Editora Boitempo. Em 2013, publica a obra “Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho”. Projeto Editorial Práxis, Bauru: Canal 6.

² Inserindo-se na polêmica sobre o precariado, Alba Carvalho (2012) delineava, como via investigativa, a emergência específica desse precariado no contexto brasileiro, encarnado no amplo segmento de profissionais com nível superior, a experimentar a precarização do trabalho e da vida.

2. O neodesenvolvimentismo em meio às políticas de ajuste: um fenômeno do século XXI

No tempo presente, estamos face ao enigma do capital e sua crise, que nos desafia, qual “*esfinge de Édipo*”. É fundamental decifrá-lo para compreender esta nova temporalidade, encarnada no capitalismo contemporâneo, nos circuitos da acumulação rentista, em meio à sua crise estrutural. É este um momento de flexibilidade, liquidez, riscos, inflexões, rupturas e ressignificações que exige uma imersão nos percursos da História.

2.1. Nas trilhas da História: marcos e referências

No pós-guerra criou-se uma nova ordem econômica internacional, com uma significativa mudança geopolítica em escala mundial. Com o Sistema de Bretton Woods (1944), arquiteta-se uma ordem econômica e financeira sob a hegemonia dos Estados Unidos. É a consolidação do capitalismo monopolista, no âmbito da acumulação produtiva, com a concentração do capital em grandes corporações multinacionais, com a gestão do trabalho nos circuitos do taylorismo-fordismo. Este momento da acumulação capitalista, em nível mundial, viabiliza o *pacto capital-trabalho*, consubstanciado no Welfare State em suas diferentes versões. Reafirma-se a lógica regulatória do capital, em detrimento da lógica emancipatória, como uma marca dos percursos históricos da modernidade. (SANTOS, 1994).

Nos chamados países periféricos da América Latina, sob o signo da dependência, a marcar a relação centro-periferia, vivencia-se o desenvolvimento, em seus diferentes ciclos. Especificamente, no Brasil, a partir de 1930, com o processo de industrialização brasileira, em suas distintas fases, deflagra-se a tentativa de um modelo de desenvolvimento nacional, com pretensões de autonomia, nos percursos da dependência externa. É o início do *deslocamento do centro dinâmico da economia*, no clássico diagnóstico de Celso Furtado. (2000). Na década de 1950, o *desenvolvimentismo juscelinista* proclama a intensificação da inserção brasileira na acumulação capitalista mundial, com o seu propalado slogan de *cinquenta anos em cinco*. Assim avalia Paulani:

Acosado já pelo problema da sobreacumulação, o capital do Centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, nos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido. O país torna-se assim objeto de deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo com que o processo de acumulação ‘determinado desde dentro’ fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades imperativas do capital de fora. (2012, p. 90).

Com o golpe de 1964, instaura-se, nos chamados anos de chumbo da “Ditadura Militar”, um ciclo de desenvolvimentismo que culmina com o chamado “Milagre Brasileiro”, marcado por intenso crescimento eco-

nômico que, em tese, levaria, posteriormente, a uma distribuição de renda. Paradoxalmente, neste período, constatou-se, em meio às elevadas taxas de crescimento econômico, a extrema concentração de renda, e, conseqüentemente, aumento da pobreza.

Nestes ciclos históricos do desenvolvimentismo verifica-se um espetacular “sucesso capitalista” até o final de 1970, visível nas elevadas taxas médias de crescimento, então, alcançadas. Entre 1930 e 1980, o Brasil cresceu 6,4% ao ano, sendo que, nesse período, as taxas médias anuais de crescimento, por década, nunca foram inferiores a 4,3%, tendo alcançado 8,7% nos anos de 1970, um ritmo verdadeiramente chinês. (PAULANI, 2012).

A partir de 1980, o Brasil abandona a sua política de desenvolvimento continuada, que tinha como premissa a ideologia do desenvolvimentismo, assumindo políticas macroeconômicas voltadas para a proteção da produção nacional, a criação do sistema de seguridade social e a institucionalização das relações de trabalho. O processo de estruturação do mercado de trabalho, iniciado em 1930, é, então, interrompido. (TEIXEIRA, 2013).

Adentrando na história da economia brasileira nos últimos cinquenta anos, cabe ressaltar, como um marco relevante na compreensão do Brasil contemporâneo, que, no início dos anos 1980, em razão de pesados investimentos nos setores de bens de capital e insumos básicos, constantes do Plano de Desenvolvimento – o II PND adotado pelo governo Geisel, em resposta à crise do petróleo – o Brasil, ainda que extemporaneamente, completou sua matriz-tecnológica, sendo o único país da América Latina a internalizar toda esta matriz. Acontece que este feito, de grande monta, que buscava tornar a economia brasileira mais forte e menos dependente, foi viabilizado, de forma tardia, às custas de pesado endividamento externo, em contratos estabelecidos a taxas flutuantes. A rigor, essa autonomia potencial via matriz-tecnológica foi alcançada na economia brasileira, justamente, quando a Revolução tecno-científica estava em curso e a acumulação mundial capitalista assumia o padrão rentista, marcado pela financeirização. Neste contexto, a brutal elevação dos juros internacionais, ao final dos anos 1970, atingiu em cheio a economia brasileira, frustrando todas as pretensões de autonomia do país. (PAULANI, 2012). Nesta perspectiva, Paulani (2011; 2012) avalia que o Brasil tornou-se uma das maiores vítimas da primeira fase da financeirização.

2.2. O capitalismo nos circuitos da dominância financeira: contradições em processo

A partir do final da década de 1970, o padrão de acumulação rentista torna-se o padrão dominante no sistema do capital. É a mundialização com dominância financeira (CHESNAIS, 2003), a configurar um novo momento do capitalismo com transformações no padrão de acu-

mulação do capital e nas suas formas de valorização. É uma nova ordem do capital mundializado a impor diferentes ciclos de ajuste, marcados por assimetrias: o das economias capitalistas centrais, o das economias periféricas e o das economias pós-comunistas. (CARVALHO, 2003). É um momento de expansão do capital que parece não ter limites e controles, a encarnar uma nova temporalidade histórica, a assumir o chamado neoliberalismo como enquadramento político-ideológico. Difunde-se o “mito do mercado” como padrão de regulação. O Estado se redefine, “ajustando e ajustando-se” às exigências da acumulação rentista. Tem-se, então, a emergência de Estados de Concorrência, conforme a conceituação de Hirsch (2003): “Estados que concorrem entre si para oferecer as melhores condições de rentabilidade, investimento, seguridade, comércio e negócios ao capital financeirizado.”

Nesta nova temporalidade histórica do capital, assumem centralidade as políticas macroeconômicas de ajuste, descartando a questão do desenvolvimento. É um novo regime de acumulação que implica um contexto de baixo crescimento, com reflexos negativos sobre a produção e o emprego, agravando a base de arrecadação fiscal. O Estado volta-se para a exigência de remunerar a taxas elevadas os detentores de capital financeiro, o que obriga este Estado a reduzir suas despesas. Desse modo, a capacidade de intervenção estatal, no sentido de colocar em prática políticas voltadas para fortalecer a produção, a demanda e o emprego, encontra-se extremamente limitada, acarretando uma diminuição do ritmo de acumulação produtiva (MOREIRA, 2011).

No interior do ciclo de ajustamento da América Latina, o Brasil efetiva sua inserção de forma tardia e intensiva. De fato, enquanto a maioria dos países da América Latina viabilizaram suas experiências de ajuste à nova ordem do capital na década de 1980, de forma atabalhoada, na *era Collor*, consolidando-a na *era FHC*, com o Plano Real que, efetivando uma reforma monetária e cambial, viabiliza a tão festejada estabilidade, pré-condição indispensável para a implementação do modelo de ajuste imposto aos países periféricos. A rigor, a experiência brasileira de ajuste ao circuito do capital mundializado é uma inserção subordinada, fragmentada e de alto risco. É uma integração dependente à então chamada *nova ordem do capital* em que os governos brasileiros condutores do ajuste acatam, de forma irrestrita, a agenda estratégica de Washington e seus pilares neoliberais: liberalização, desregulamentação, abertura massiva ao capital estrangeiro (CARVALHO, 2003). A grande ênfase é na política de estabilização macroeconômica. Efetiva-se, então, uma Reforma do Estado, constituindo, na formulação de Carvalho (2003; 2010), um “Estado Ajustador”, em meio aos tensionamentos da democracia.

As políticas de ajuste revelam as contradições do sistema do capital, consubstanciadas na instabilidade, na insegurança, na liquidez, na precarização estrutural do trabalho, nas exclusões crescentes, na descar-

tabilidade e na desestruturação do Planeta. A crise estrutural encarna a insustentabilidade do sistema do capital nesta nova temporalidade histórica. Em um contexto de crise, recessão e agravamento da *Questão Social* emerge a perspectiva do desenvolvimento, ressignificada, em meio às políticas de ajuste. É o neodesenvolvimento como um fenômeno do século XXI (CASTRO, 2013).

A rigor, ilusões desenvolvimentistas retornam no cenário contemporâneo nas configurações de uma matriz do pensamento econômico que resgata a questão do desenvolvimento com o prefixo *novo*, constituindo, na verdade, uma articulação da intervenção estatal para a estabilização macroeconômica com as diretrizes estratégicas do liberalismo (CASTELO, 2012; GONÇALVES, 2012). Nesta perspectiva, Gonçalves abre uma fecunda via investigativa na sua formulação de que o “*novo desenvolvimentismo*” é uma versão do “*liberalismo enraizado*”. (2012, p. 637).

3. O padrão brasileiro de inserção no capitalismo mundializado: dilemas e tensões

No século XXI, em curso, efetiva-se a consolidação da posição do Brasil no capitalismo financeirizado. Hoje, a economia brasileira insere-se no cenário mundial como emergente plataforma financeira, mais precisamente, plataforma internacional da valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis, os maiores ganhos do mundo, mediante elevação das taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste. Assim, com esta opção de financeirização da economia, seguindo as políticas de ajuste, o governo privilegia as finanças, os serviços, as commodities, comprometendo a indústria, com o desmonte da estrutura produtiva (PAULANI, 2010). De fato, cadeias produtivas inteiras foram esvaziadas, a começar pelo próprio setor automotivo, fazendo a indústria brasileira trabalhar atualmente mais ao estilo das maquiladoras mexicanas. Promove-se um grande retrocesso no perfil produtivo de nossa economia. Assim, a desindustrialização e a desnacionalização afirmam-se como marcos do Brasil no século XXI, com sérias consequências para a economia brasileira e para os processos de integração latino-americana na perspectiva da autonomia e da soberania (GUIMARÃES, 2012).

No final da primeira década dos anos 2000 e limiar da segunda, mais precisamente, no segundo mandato do presidente Lula e no Governo Dilma Rousseff, efetiva-se uma inflexão da política econômica, ao manter o núcleo duro da política de ajuste, incorporando uma dimensão de desenvolvimento, nos moldes do chamado neodesenvolvimentismo³. Em verdade,

³ No âmbito da Economia Política, Leda Maria Paulani (2012) e Reinaldo Gonçalves (2012) desenvolvem fecundos desvendamentos críticos sobre o neodesenvolvimentismo brasileiro, em meio às políticas macroeconômicas de ajuste.

tem-se uma disputa na condução da política econômica brasileira entre ortodoxos, filiados às políticas de ajuste e neodesenvolvimentistas. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) constitui uma expressão emblemática desta inflexão desenvolvimentista que se depara com a questão da restrição dos investimentos estatais, dos investimentos públicos que não se efetivam. A presidente Dilma Rousseff recorre, estrategicamente, à iniciativa privada como alternativa para investimento, como bem revela o Pacote de agosto de 2012, com 133 bilhões em concessões de rodovias e ferrovias, tentando trazer o setor privado para acelerar o crescimento. Cabe destacar que, não obstante todo este esforço realizado pelo governo para que o setor privado caminhe na direção da retomada de novos projetos de ampliação da capacidade produtiva do Brasil, vivencia-se o aparente paradoxo da paralisia dos investimentos. Explicar tal paradoxo exige ampliar o horizonte de análise para compreender as mudanças mais gerais que estão a ocorrer no modelo econômico e social brasileiro. Deste ponto de vista, o fato relevante é que tais medidas para alavancar o investimento, adotadas até o momento pela presidente Dilma Rousseff, encarnam a agenda dos representantes do grande capital, incorporada pelo Estado.

Com efeito, a pretexto de oferecer alternativas para retomada do crescimento do PIB e para buscar a superação da falta de musculatura da atividade econômica, corre-se o sério risco – como alerta o economista Paulo Kliass (2013) – de que as medidas do governo para alavancar o investimento convertam-se em mais uma etapa no longo processo de desmonte do Estado brasileiro, através, agora, de estratégias mais sutis e sofisticadas de privatização.

Deste modo, os investimentos constituem um nó górdio, difícil de desatar na economia brasileira. É importante atentar que o dinamismo desta economia, neste início de século XXI, está focado no consumo do mercado interno e não no investimento, como deveria ser para que fosse algo sustentável. E mais, esse consumo está assentado na expansão do crédito, particularmente, para os segmentos mais empobrecidos em ascensão social. Assim, conforme avalia Leda Paulani, “[...] ancorar a dinâmica macroeconômica no consumo e o consumo no crédito é tentar fazer a economia capitalista andar com o motor girando ao contrário”. (2012, p. 4).

3.1. Política de redução da pobreza no arranjo desenvolvimentista brasileiro e seus paradoxos

Avançando na reflexão, impõe-se decifrar o arranjo brasileiro que sustenta este crescimento, como receita, de caráter conjuntural, para enfrentar a crise. Nesta perspectiva é necessário entender o papel que a chamada política de redução de pobreza desempenha nesse arranjo brasileiro de crescimento ancorado no consumo. Em verdade esta política é resultante de uma simbiose de determinados elementos, a saber: a elevação substancial do salário mínimo constitui um fator decisivo nessa ascensão de con-

siderados segmentos de brasileiros à chamada classe média, com repercussão sobre o boom do consumo. Com efeito, essa elevação do salário mínimo tem um impacto no sistema previdenciário em termos do pagamento dos benefícios. Pelo menos 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda foram beneficiadas por um crescimento real de seus vencimentos da ordem de 50%, mediante o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Política de Assistência Social e de aposentadorias rurais e urbanas. De fato, são 18 milhões de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social no valor de 1 salário mínimo. Outro elemento de peso situa-se no âmbito do trabalho, com a retomada do emprego, por um lado, e, por outro, com a crescente ampliação da economia informal, em suas múltiplas capilaridades e na sua extrema diversidade, engendradas pelo próprio crescimento. Cabe um destaque à economia informal que, desde sempre presente no país, expande-se por meio de novas articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais espalhados pelas regiões e os circuitos globais da economia, circunscrevendo novas conexões e uma escala de redefinições inteiramente em coerência com o mundo global, a incluir a população empobrecida em circuitos de precariedade urbana onde se misturam o informal, o ilegal e o ilícito (TELLES, 2007).

A essas alterações de renda das pessoas pobres, via benefícios previdenciários e trabalho, somam-se dois outros fatores: o fenômeno da bancarização da população de baixa renda, com a política de acesso ao crédito, mediante débito, com destaque para os empréstimos consignados, os programas de distribuição de renda, particularmente o Bolsa Família em sua amplitude nacional com efetivas repercussões no tecido social brasileiro (PAULANI, 2010).

Assim, nessa articulação – aumento do salário mínimo/ retomada do emprego/expansão da informalidade/acesso ao crédito/ programas de distribuição de renda – tem-se uma redução da pobreza, o que não significa, em absoluto, redução da desigualdade. É incontestável a melhoria dos indicadores sociais neste contexto conjuntural de crescimento da economia, permitindo a estratégia de ampliação do consumo interno. É importante considerar que, para além de seu impacto econômico, esses processos de redução da pobreza, na combinação de seus múltiplos elementos, têm uma repercussão ideológica forte que se traduz em legitimidade política dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nas figuras de Lula e Dilma Rousseff. Tal legitimidade política efetiva uma ampliação peculiar do Estado pela via de políticas públicas, de caráter focalista, visando sobremodo os setores empobrecidos, a viabilizar uma inclusão instável e precária, a depender dos próprios rumos da economia⁴. Trata-se, sobretudo,

⁴ Junho de 2013 e as manifestações massivas nas ruas das cidades do país, a desencadear uma busca de redefinições da ação estatal, parecem apontar para uma forma de ampliação do Estado brasileiro por uma peculiar dinâmica de participação da sociedade civil. É esta uma via investigativa em aberto.

de uma inclusão pela via do consumo. Fica evidente na cena brasileira contemporânea que tais processos de inclusão não reforçam a cultura dos direitos, despolitizam e esvaziam os processos de luta e comprometem a ampliação da democracia.

Na discussão, é importante salientar o que analistas denominam o paradoxo brasileiro da redução da pobreza: o próprio desenvolvimento do segundo mandato do governo Lula e do governo Dilma, em curso, impulsiona novos processos de produção e reprodução da miséria e da pobreza. Podemos mencionar a expropriação de setores da população – inclusive indígenas e populações tradicionais – atingidos pelo avanço da mineração e do agronegócio. Da mesma forma, elencamos os processos de deslocamento e desposseção, decorrentes da especulação e dos grandes projetos de renovação urbana, relacionados com os megaeventos esportivos de 2014 e 2016. São processos de renovação na perspectiva de ajustes das cidades para se colocarem nos circuitos das “*cidades eficazes*”, com um panorama urbano extremamente contraditório e complexo, no interior dos fluxos de transformação do próprio sistema do capital, a acirrar desigualdades e assimetrias (GUERRA, 2013).

Desse modo, constitui-se, conjunturalmente, um arranjo a ancorar a economia brasileira: plataforma de valorização financeira; dinâmica macroeconômica, centrada no consumo e na demanda externa, a privilegiar commodities. Do ponto de vista da própria lógica do capital, trata-se de um arranjo instável e perigoso, não garantindo autonomia. É um arranjo de risco que, visto de dentro, em seu conteúdo, bem revela que o suposto e aparente sucesso da economia brasileira é praticamente uma miragem. Em verdade, o modelo vigente bem expressa uma dependência redobrada, na instigante síntese de Leda Paulani (2012).

À guisa de conclusão: para onde apontam os ventos da História?

A deflagração do neodesenvolvimentismo brasileiro, em meio às políticas macroeconômicas de ajuste, produz uma narrativa auspiciosa de um país em vias de tornar-se uma potência global. Mostra-se ao mundo um Brasil desenvolvimentista, a pairar altaneiro na pós-crise de 2008, difundindo-se, então, a performance da economia brasileira, a revelar uma nova forma, mais criativa, de garantir sucesso econômico. Fala-se de uma suposta “*economia blindada*”, questionando-se, mesmo, se, finalmente não estaríamos deixando para trás a dependência e submissão que secularmente nos caracterizou.

Neste cenário otimista, com base em incontestáveis alterações no perfil distributivo do país, sublinha-se o fenômeno da emergência da chamada “*nova classe média*” (POCHMANN, 2012), assim designando cerca de 30 milhões de pessoas que, nos últimos anos, teriam migrado dos seg-

mentos miseráveis e empobrecidos. Trata-se de um segmento precarizado da classe trabalhadora que ascende ao consumismo, mediante distintos mecanismos da “política de redução da pobreza”, em meio a crescente desigualdade e/ou precarização de direitos. (PAULANI, 2012).

Assim, o Palácio do Planalto, o país e o mundo foram surpreendidos com manifestações que, a partir da segunda semana de junho de 2013, eclodiram nas principais capitais do Brasil, irradiando-se para uma multiplicidade de cidades brasileiras. São centenas de milhares de pessoas, principalmente de jovens que, usando o espaço virtual, retomam as ruas como espaço público de manifestação e protesto, trazendo diferentes bandeiras e reivindicações que, de forma ampla e geral, denunciam a baixa qualidade da vida urbana, com a precarização dos serviços públicos e as deturpações da cultura política brasileira a comprometer a construção democrática.

Analistas, vinculados ao pensamento crítico, em um compromisso com o tempo presente, buscam explicar esta surpresa histórica, decifrando os significados destas vozes que eclodem das ruas, com formas contemporâneas de organização, a desafiar os nossos mapas analíticos. Boaventura de Sousa Santos (2013) trata de um *outro Brasil* furtivo a análises simplistas, constituído de três narrativas e temporalidades: a da “exclusão social”, a da democracia participativa e da inclusão social, sustentando que, no atual governo brasileiro vem se efetivando uma desaceleração ou, mesmo, estancamento das narrativas da democracia participativa e da inclusão social intercultural, deixando um vazio que permitiu que a narrativa da “exclusão social” ganhasse novo vigor, sob as novas roupagens do desenvolvimento capitalista a todo custo e das novas-velhas formas de corrupção.

Giovanni Alves, em artigo publicado em 2013, circunscreve o que denomina de revolta do precariado no Brasil. Assim, sustenta que a espinha do proletariado, da onda massiva de protestos sociais que tomaram as ruas, é constituída pela camada social da classe do proletariado, constituída por jovens altamente escolarizados, desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vidas precárias. Refere-se, então, à pesquisa Data Folha de 21 de junho de 2013, que constatou que a maioria dos manifestantes, na ordem de 63%, tem entre 21 e 35 anos e 78% tem ensino superior. Destaca, então, que na medida em que este movimento social foi adquirindo amplitude e exposição midiática, inseriram-se outras camadas sociais do proletariado, principalmente as chamadas camadas médias inquietas com a precarização existencial, incisivamente manipuladas pelos *mass media* – rede de TV e grandes jornais – verdadeiros intelectuais orgânicos da burguesia financeira hegemônica e passaram a pautar o protesto das ruas, com o apoio entusiasmado da “classe média” conservadora.

De fato, neste Brasil contemporâneo, estamos a viver um momento histórico emergente, que consubstancia expressões da crise estrutural do capital com evidências marcantes no cenário brasileiro de 2013. Impõem-

se como interpelações analíticas: o desvendamento crítico do *Neodesenvolvimentismo* em meio às políticas de ajuste e suas diretrizes político-ideológicas; a compreensão da morfologia do mundo do trabalho no Brasil dos anos 2000, com a emergência do precariado, com as suas formas de indignação e revolta; configurações das políticas de redução da pobreza e seus paradoxos; entendimento da natureza dos movimentos sociais que estão nas ruas...

Referências

AGAMBEN, G. Quando a religião do dinheiro devora o futuro. In: INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). São Leopoldo, RS. *Notícias*, 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506810-quando-a-religiao-do-dinheiro-devora-o-futuro-artigo-de-giorgio-agamben>>. Acesso em: 8 jun. 2013.

ALVES, G. O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital. 2012, [partes 1, 2 e 3]. In: Boitempo Editorial. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/07/13/o-enigma-do-precariado-e-a-nova-temporalidade-historica-do-capital-parte-3/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

_____. *Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil*. In: Boitempo Editorial. *Blog da Boitempo*. São Paulo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em 12 jun. 2013.

_____. A revolta do precariado no Brasil. In: Boitempo Editorial. *Blog da Boitempo*. São Paulo. 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>. Acesso em 25 jun. 2013.

BENJAMIM, C. Atualidade de Marx. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 42, 2004.

CARVALHO, A.M.P. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI In: SOUSA, F.J.P. (Org.). *Poder e políticas públicas na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. A civilização do capital em crise e a emergência do precariado: dilemas contemporâneos. *Boletim do Núcleo de estudos e pesquisas em política social* (NEPPOS- CEAM- UNB), n. 11, 2012.

_____. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. In: BRAGA, E.M.F. (Org.). *América Latina: transformações econômicas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

CASTELO, R.. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, A.T.B. O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias. *VI Jornada internacional de políticas públicas*. São Luiz, MA, 2013. No prelo / comunicação aprovada.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. La physionomie des crises dans le regime d'accumulation à dominante financière et les mécanismes de propagation de crise économique à

l'échelle mondiale. *Journée d'étude de l'appel des économistes pour sortir de la pensée unique*. Paris, 1997.

_____. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

COLLIN, D. A crise da humanidade e a crítica radical do valor. *Caderno CRH*. Salvador. v. 26, n. 67, jan./abr. 2013, p. 13-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000100002&lang=pt> . Acesso em: 14 de jun. 2013.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Ed. Oboré/Cortez, 2012.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Cia Nacional/Publifolha, 2000.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 112. São Paulo: Cortez, out./dez. 2012, p. 637-671.

GUERRA, E.C. *La cuestión urbana en Brasil en el nuevo ciclo de la acumulación del capital: administración de las urgencias y profundización de las desigualdades socioespaciales*, Coloquio Brasil: ¿Revolución pasiva o modernización conservadora? Proyecto PAPIIT. México, 2013

GUIMARÃES, S.P. O desafio sul-americano. *Carta Maior*, São Paulo, 30 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?>>. Acesso em: 12 out. 2012.

HIRSCH, J. La internacionalización del Estado. In: BRAGA, E. M. F. (Org.) *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

KLIASS, P. Dilma e o risco do desmonte do Estado. *Carta Maior*. São Paulo. Debate Aberto. 11 abr. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6047>. Acesso em: 14 abr. 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, [Os Economistas], 1983.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOREIRA, C.A.L. A emergência da crise na dinâmica interna do sistema do capital nos circuitos da acumulação rentista. In: CARVALHO, A.M.P. et al. *Reconfigurações do Estado e das políticas públicas no contexto da crise estrutural do capital – Mesa temática coordenada. V Jornada internacional de políticas públicas*. São Luiz, MA, 2011.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: IPEA. *Boletim de economia e política internacional*. Brasília: IPEA, 2010.

_____. A dependência redobrada. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo. Economia, 03 ago. 2012.

POCHMANN, M. *nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

REIS, E.P. As ciências sociais e o *bug* do milênio. *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, v.14, n.39, fev., 1999, p. 5-11.

ROSSO, S.D. *Mais trabalho!* São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

_____. O preço do progresso. *Carta Maior*. São Paulo. Debate aberto. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=6151>. 19 jun. 2013. Acesso em: 26 jun. 2013.

TEIXEIRA, F. *Redimensionamento da crise do capital: o público, o privado e as políticas sociais*. Fortaleza, CE, 07 set. 2006. In: TEIXEIRA, F. *Blog Economia política e luta de classes*. Disponível em: <<http://franciscojoseiteixeira.blogspot.com.br/2006/09/redimensionamento-da-crise-do-capital.html>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

TELLES, V.S. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Editor 2007.

WILHANS, A. *A crise capitalista de 2007-2009: as interpretações marxistas*. In: INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). Entrevista especial com Alex Wilhans. 17 abr. 2012. São Leopoldo, RS. Entrevistas. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508533-marxistas-examinam-a-crise-entrevista-especial-com-alex-wilhans>>. Acesso em: 10 jun.2013.

Recebido em 30 de junho de 2013.

Aprovado para publicação em 16 de julho de 2013.